

## O SIGNIFICADO HISTÓRICO DO 02 DE OUTUBRO DE 1968 NO MÉXICO

Diego Marques Pereira dos Anjos

Militante do Movimento Autogestionário, professor de História e mestrando em Ciências Sociais pela Unesp, campus de Marília. Tem como objeto de estudo a sociedade mexicana ao longo do século XX e o movimento social EZLN.

No último dia 02 de outubro, completaram-se 45 anos do massacre de estudantes, professores e diversos trabalhadores organizados na *Praça de Tlatelolco*, na capital do México. Naquele dia, tropas do exército federal, auxiliadas por helicópteros, franco atiradores e tanques blindados invadiram a praça central da capital mexicana onde milhares de pessoas reivindicavam melhores condições de vida e mais liberdades civis para a população, sufocada pelo crescente autoritarismo exercido pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) que desde a década de 1930 conseguiu se impor no comando do estado mexicano por meio dos grupos burocráticos-militares que se afirmaram com a derrota das propostas populares ao término da Revolução de 1910. Naquela ocasião, centenas de pessoas foram assassinadas, estima-se inclusive que sejam milhares, porém a repressão que se seguiu não permitiu nem mesmo a divulgação exata da quantidade de mortos.

O massacre de Tlatelolco possui imenso significado histórico para as lutas sociais de nossa época, repercutindo muito além das fronteiras mexicanas; buscaremos aqui expor os antecedentes mais imediatos do massacre e o significado que este tem para as lutas de nossa época. A *Praça de Tlatelolco*, ou Praça das Três Culturas, é um dos pontos principais da capital mexicana e guarda entre seus monumentos a história da resistência dos povos nativos contra os colonizadores europeus, pois ali, no dia 21 de agosto de 1521, se consolida a conquista da região central da América Latina, com o massacre de cerca de 40 mil indígenas da tribo dos *Tlatelolco* que, sob comando do imperador asteca *Cauhatemoc*, tentaram resistir às tropas do assassino sedento por ouro chamado Hernán Córtez, a mando da Coroa Espanhola. Sob os vestígios do passado das tribos nativas, a colonização espanhola erigiu uma gigantesca catedral aonde milhares morreram, sendo o ponto inicial de construção da capital Mexicana e do império espanhol na América Latina. Como a história vem sendo até hoje a história das vitórias

das classes dominantes, tal espaço que representa as maiores crueldades da colonização espanhola é ingloriamente chamado de Praça das Três Culturas.

A opressão política, consequência necessária da exploração nas relações de produção, tem por objetivo manter a subordinação das classes exploradas que continuamente reagem contra a sua exploração econômica e justamente por isso a violência organizada é um poderoso instrumento nas mãos das classes dominantes quando têm seu poder questionado pela mobilização dos oprimidos. É essa a situação histórica do Massacre de Tlatelolco, no ano de 1968.

O desenvolvimento do capitalismo no México fora aprofundado entre as décadas de 1930 e 1960 devido ao movimento de expansão de capitais em direção aos países periféricos, expansão do mercado consumidor mundial, determinadas políticas estatais e pela agressividade das relações internacionais imperialistas (VIANA, 2009; MARINI, 2012). A tentativa de industrialização dos países subordinados às economias imperialistas foi uma política de estado que necessitava manter um forte controle sobre as organizações da sociedade civil: as organizações dos trabalhadores estiveram sob rígido controle estatal e as organizações patronais se beneficiaram do estado enquanto agente econômico que impulsionava os investimentos do capital privado por meio dos investimentos com verbas públicas (TELLO, 2007; TOLEDO, 2008; BUSTOS, 2008). Embora os trabalhadores mexicanos tenham conquistado direitos trabalhistas desde a constituição de 1917, que regulamentava o direito de greve, jornada de trabalho de 8 horas, salário mínimo, proibição do trabalho infantil, etc., muitas vezes esses direitos eram negligenciados e na prática a superexploração do trabalho nos países periféricos foi o principal instrumento para o desenvolvimento nacional do capitalismo, ao passo que os investimentos do capital internacional retornavam para os países imperialistas em um valor muito superior ao inicial, garantindo uma alta transferência de lucratividade.

A formação do estado integracionista, ou seja, que buscava assimilar no seu interior as organizações que representariam a classe trabalhadora (os sindicatos) freia e coopta muitas lutas reivindicativas dos trabalhadores, dirigindo-as para o âmbito institucional e de conciliação de classes, na medida que assimila no seu interior organizações patronais, de trabalhadores e partidárias. O chamado *milagre mexicano* esconde que, por detrás do desenvolvimento capitalista e da melhora nas condições de vida de alguns setores da classe trabalhadora, o autoritarismo presente na esfera política foi o recurso necessário para se manter a produtividade do trabalhador mexicano (que estava envolvido em piores condições de trabalho, pois mesmo a instalação do regime de organização do trabalho fordista fora feito no México com a utilização de maquinários, equipamentos e instalações de segunda mão, aposentados da produção dos


países imperialistas, sobretudo os EUA), acelerar a acumulação de capitais interno e elevar a transferência de lucros para os países de capitalismo imperialista - esse é o verdadeiro caráter da *ditadura perfeita* do PRI (Partido Revolucionário Institucional) que dominou o aparelho estatal mexicano por aproximadamente 70 anos, dos anos de 1930 a 2000.

Mas desde fins da década de 1960 esse modelo de desenvolvimento (baseado no fordismo, no estado integracionista e no imperialismo internacional) começa a dar sinais de enfraquecimento, sobretudo pela diminuição da taxa de mais-valia, estancamento do mercado consumidor e elevação dos gastos estatais (VIANA, 2009; HARVEY, 1998). Por outro lado, a intensificação dos conflitos políticos reforça a crise no processo de valorização do capital e, conforme pioravam as condições de vida da população, alguns setores dos trabalhadores forjavam lutas autônomas, para além dos sindicatos e organizações estatais, o que foi expressivo em várias categorias de trabalhadores tal como professores, operários, eletricitas, petroleiros, ferroviários, funcionários públicos, mineiros, sem contar com as explosões guerrilheiras no campo e as mobilizações estudantis nas principais cidades do México.

No México de fins dos anos 60, uma das reivindicações mais debatidas e levantadas pelos movimentos sociais e organizações autônomas dos órgão estatais era a necessidade de reformas democráticas que derrubassem os mecanismos de vinculação e de domínio das instituições do estado sobre a vida política da população; os principais sindicatos mexicanos (Confederação Regional Operária Mexicana, Confederação Geral de Trabalhadores, Confederação de Trabalhadores do México) estavam atrelados às decisões do chefe do executivo, à estrutura partidária do PRI e ainda à força política das organizações patronais, ou seja, o único espaço de reconhecimento de demandas populares ocorria no interior das estruturas de negociação comandadas pelo PRI e auxiliadas por organizações sindicais e patronais. Devido a esta estrutura estatal que buscava integrar as organizações representativas das classes sociais, qualquer mobilização política fora das instituições estatais era reprimida e seus participantes sequestrados, presos e muitas vezes mortos; durante as décadas de desenvolvimentismo se constitui uma sistemática política estatal de repressão para que nenhuma mobilização dos trabalhadores criasse obstáculos para a acumulação do capital, reduzindo as negociações à esfera institucional e enviando tropas militares para os locais de organização e manifestação dos trabalhadores.

Somando-se às mobilizações autônomas dos trabalhadores desvinculados do sistema institucional-partidário (cuja figura-chave era o PRI), as organizações estudantis lutavam por autonomia universitária e contra o encarceramento dos presos políticos. No mês de fevereiro de 1968, a *Central Nacional de Estudiantes Democráticos* (CNED)

# Revista Posição




organiza a *Marcha Estudiantil por la Ruta de la Libertad* pedindo a libertação dos presos políticos, mas não obtém resposta alguma por parte do governo, somente a acusação de que os estudantes teriam sabotado um trem de passageiros. No dia 14 de julho, a *Facultad de Ciencias Políticas* entra em greve em solidariedade ao líder ferroviário Demetrio Vallejo, que está preso. No dia 22 de julho, ocorre um conflito entre estudantes secundaristas que serve como pretexto para que as forças militares passem a reprimir e invadir escolas e universidades nos dias seguintes. Com a escalada da repressão policial, estudantes e professores decidem convocar uma greve nacional que inicialmente duraria apenas 24 horas mas por ocasião da ampla adesão chega a durar 72 horas.

Para o dia 26 de julho, os estudantes secundaristas (das escolas vocacionais 5 e 7) convocam uma manifestação de rua que tem ampla adesão entre os estudantes universitários da UNAM, do Instituto Politécnico, das Escolas Normais e da Escola Nacional de Agricultura Chapingo; durante a manifestação, as diferenças entre as organizações estudantis se intensificam e os grupos mais radicalizados passam a questionar a legitimidade da *Federación Nacional de Estudiantes Técnicos* (FNET) por seu caráter corporativista e governista, o que vai mostrar a necessidade de outra organização que expresse os interesses da crescente mobilização estudantil. Nos próximos dias ocorrem novos enfrentamentos de ruas, levante de barricadas e invasões policiais a escolas e universidades, mas a intensificação da repressão policial reforça a mobilização e a generalização da adesão ao movimento nacional de greve, incorporando universidades de outros estados do México.

No início de agosto, é constituído o *Consejo Nacional de Huelga* incorporando todas as escolas e universidades em greve. Essa nova organização reunia os representantes diretamente eleitos pelas unidades em greve e se organizava por meio de assembleias; através do CNH foram elaboradas as pautas reivindicativas da mobilização: 1) Liberdade para todos os presos políticos; 2) Fim do artigo 145 do Código Penal Federal que punia o “delito de opinião”; 3) Fim do corpo de granaderos, tropa especializada; 4) Destituição dos comandantes militares Luis Cueto e Raúl Mendiola; 5) Indenização aos familiares de todos os mortos e feridos desde o início do conflito, e 6) demarcação de responsabilidades dos funcionários culpados pelos atos sangrentos (PONIATOWSKA, 1987).

A mobilização estudantil se estende pelos meses de agosto e setembro e atrai para suas reivindicações o apoio de vários setores da população como funcionários públicos, trabalhadores em greve, camponeses, intelectuais e artistas reunindo em manifestações de rua, reunindo nos dias 27 de agosto e 13 de setembro, cerca de 500 mil pessoas em cada dia; mesmo a manifestação convocada pelo governo (encabeçada por

# Revista Posição



funcionários públicos e sindicatos oficiais) no dia 28 de agosto transcorreu de forma favorável às reivindicações estudantis e às mobilizações de massa nas ruas. O governo do presidente Gustavo Díaz Ordáz decide então por fechar todo o cerco às manifestações de ruas e ocupações de universidades e escolas públicas e não participar do diálogo público como era proposto pelos manifestantes. No dia 18 de setembro, o exército ocupa a UNAM com 10 mil soldados e prende cerca de 700 estudantes, além de invadir outras universidades pelo interior do país. A situação encaminha as mobilizações para a semi-legalidade com os estudantes se organizando em brigadas e levantando barricadas e uma das principais figuras públicas do movimento, o reitor da UNAM Justo Barros Sierra, se vê obrigado a sair do cargo.

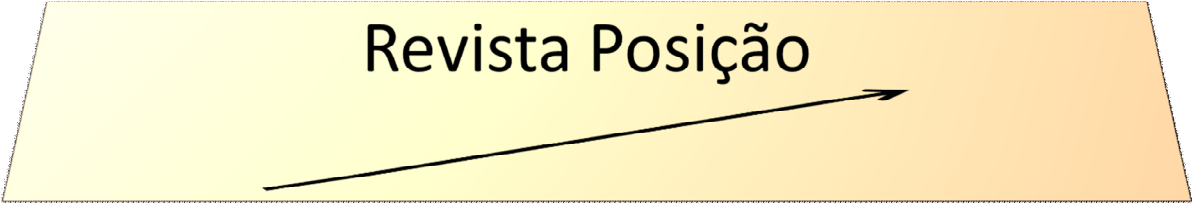
O maior golpe contra a mobilização viria no dia 02 de outubro de 1968, com o cerco militar aos manifestantes na Praça do Tlatelolco, um espaço semifechado e rodeado por prédios, o que impossibilitou a fuga dos manifestantes, emparedados pelas tropas militares e fuzilados ali mesmo. Os poucos registros médicos da época dão conta de que os mortos tinham grandes perfurações na cabeça causadas por balas expansivas, utilizadas em guerra, e os órgãos vitais perfurados por baionetas, a forma de um massacre típico de um enfrentamento militar, mas no caso objetivando exterminar vidas de civis.

Na semana seguinte ao massacre, começam as Olimpíadas no México com a oposição ao governo dissolvida, pela morte ou pela prisão. Em dezembro o CNH é extinto e os militantes que continuam na luta se vêm obrigados a aderirem às guerrilhas que vão explodir ao longo da década de 70. Nenhum político ou militar mexicano foi condenado pelo massacre, o que confirma a política sistemática de repressão do estado mexicano subordinado aos interesses da ordem do capitalismo mundial ameaçado pelas lutas operárias e estudantis durante o ano de 1968. A diferença do estado europeu é que lá ocorreram transformações na organização do trabalho e uma contrarrevolução cultural preventiva para reprimir o potencial contestador das lutas operárias e estudantis (VIANA, 2009) e nos países de capitalismo subordinado, como é o caso mexicano, ocorre uma brutal intensificação da repressão para abafar a continuidade das lutas.

O dia 02 de outubro no México significa, por um lado, um novo ciclo da luta de classes no capitalismo contemporâneo com a possibilidade da aliança entre estudantes e trabalhadores e, por outro lado, a disposição das burocracias estatais de exterminar e massacrar qualquer mobilização contestadora da ordem, principalmente em período de “grandes eventos”, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, que transformam países inteiros numa grande festa do capital para turistas endinheirados.

## REFERÊNCIAS

# Revista Posição



BUSTOS, Rodolfo; MEDINA, Rafael; LOZA, Marco. *Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento, conseqüências*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PONIATOWSKA, Elena. *La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral*. México, Ed. Era, 1987.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

TELLO, Carlos. *Estado y desarrollo económico: México 1920-2006*. México: UNAM, 2007.

TOLEDO, Henrique Garza. *Ascenso y crisis del estado social autoritario: Estado y acumulación del capital en México (1949-1976)*. México: El Colegio de México, 1988.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.